UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS – UFG

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS - FACE

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

AMABILLE FERREIRA BATISTA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA NAS EMPRESAS ESTATAIS E NÃO ESTATAIS NO BRASIL

Goiânia
2018

sistema de bibliotecas ufg

FACE

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC nº 1.204/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG):

Nome completo do autor: Amabille Ferreira Batista

Título do trabalho: Demonstração do Valor Adicionado: Distribuição de riqueza nas empresas estatais e não estatais no Brasil.

2. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF do TCCG.

Amabille Ferreira Batista

Amabille Ferreira Batista[2]

Ciente e de acordo:

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha.[2]

Data: 13 / 12 / 18

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

[2] A assinatura deve ser escaneada.

AMABILLE FERREIRA BATISTA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA NAS EMPRESAS ESTATAIS E NÃO ESTATAIS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE, da Universidade Federal de Goiás – UFG, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha.

Goiânia
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ferreira Batista, Amabille
Demonstração do Valor Adicionado: Distribuição de riqueza nas empresas estatais e não estatais no Brasil. [manuscrito] / Amabille Ferreira Batista. - 2018.
XXVII, 27 f.

Orientador: Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2018.
Bibliografia.

1. valor adicionado. 2. controle acionário. 3. estatal. 4. não estatal. 5. distribuição de riqueza. I. Ferreira da Cunha, Moisés, orient. II. Título.

CDU 657

AMABILLE FERREIRA BATISTA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA NAS EMPRESAS ESTATAIS E NÃO ESTATAIS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha - Orientador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof. Dr. Carlos Henrique Silva do Carmo - Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof. Me. Ednei Morais Pereira - Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 04 de Dezembro de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA NAS EMPRESAS ESTATAIS E NÃO ESTATAIS NO BRASIL

AMABILLE FERREIRA BATISTA
Graduanda do curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, UFG

MOISÉS FERREIRA DA CUNHA
Orientador

RESUMO

Considerado que o controle acionário exerce influência na distribuição de riqueza da empresa, este estudo buscou analisar as diferenças de distribuição entre as empresas estatais e não estatais do Brasil entre os anos de 2009 a 2017. Foram utilizadas técnicas de inferência estatística para análise dos dados para contribuir na solução da questão de pesquisa: "existe diferença na distribuição de riqueza entre as empresas estatais e não estatais no Brasil? " Os dados foram submetidos a estatística descritiva, e para verificar se existe diferenças significativa nas médias das empresas estatais e não estatais, foi aplicado o teste de *Mann e Whitney*. As variáveis Pessoal e Impostos, Taxas e Contribuições apresentaram diferenças significativa nas médias, exceto as variáveis Remuneração de Capital de Terceiros e Remuneração de Capital Próprio. As empresas estatais distribuíram maior riqueza para: Pessoal e Remuneração de Capital Próprio em comparação às não estatais. Em contrapartida, as empresas não estatais distribuíram mais para Remuneração de Capital de Terceiros e Impostos, Taxas e Contribuições se comparadas as estatais.

Palavras-chave: valor adicionado. controle acionário. estatal. não estatal. distribuição de riqueza.

1- INTRODUÇÃO

A Demonstração do Valor Adicionado é uma demonstração que colabora para a exposição e avaliação de benefícios sócios econômicos gerados por uma empresa, evidencia a capacidade de geração de riqueza e a sua distribuição aos agentes que contribuíram para a sua constituição, assim ela atende aos aspectos econômicos e sociais (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005).

Segundo Santos (2003), " é a forma mais competente criada pela contabilidade, para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade. " Bispo, Cia e Dalmacio (2007) enfatizaram que DVA apresenta a geração de valor produzido pela entidade, por meio de suas as operações e a distribuição desse valor aos diversos componentes econômicos que participaram na sua formação.

Em países, como Índia e África do Sul exigem que qualquer empresa estrangeira que queira construir uma filial demonstre qual será a expectativa de valor adicionado que será gerado no país. Dessa forma, a empresa fornecerá ao gestor público local uma DVA que mostre qual será o valor estimado para remuneração da mão-de-obra local e quais serão os benefícios que ela poderá trazer no que se refere a geração de impostos diretos e indiretos (RICARTE, 2005).

Com o a aprovação da Lei nº 11.638/2007 a DVA tornou-se obrigatória, a partir de 2008 para todas as empresas de capital aberto no Brasil, que compreende as empresas estatais e não estatais. Segundo Pinheiro (1996) é importante observar que a evidencia empírica sobre as diferenças de desempenho entre empresas estatais e não estatais, apesar de abundante, é pouco conclusiva. Vickers e Yarrow (1991) analisaram que em setores competitivos as empresas não estatais geralmente são mais eficientes que as estatais.

Chan, Silva e Martins (2007), sugeriram a existência de indícios de que a participação dos empregados na distribuição de riqueza é maior nas empresas estatais, do que em empresas não estatais. Pinheiro (1996), afirmou que a direção das estatais é muitas vezes indicada por critérios políticos, abrindo um espaço para que esses dirigentes busquem atingir seus objetivos pessoais ou daqueles que os colocaram nessa posição, e por outro lado, nas empresas não estatais o monitoramento da direção é melhor e os problemas de agência são menos graves e infrequentes.

Santos, Chan e Silva (2007), afirmam que é possível, independentemente se a empresa tem um controle acionário privado ou estatal, a difusão das informações componentes da DVA poderá ser uma ferramenta eficaz para identificação de questões relacionadas à distribuição de

riqueza.

Neste contexto, a questão a ser respondida com a presente pesquisa é: **Existe diferença na distribuição de riqueza entre as empresas estatais e não estatais no Brasil?** Em decorrência do problema proposto o objetivo desta pesquisa é analisar a diferença na distribuição de riqueza entre empresas estatais e não estatais, a partir da Demonstração de Valor Adicionado. A análise abrangerá todas as empresas listadas na B3 para o período compreendido entre os anos de 2009 a 2017. A escolha desse período se dá pelo fato de garantir uma melhor rigidez na análise comparativa dos dados. O ano de 2009 foi escolhido como inicial houve um número maior de empresas que divulgaram a DVA do que em 2008, ampliando a amostra.

Ressalta-se que esta pesquisa apresenta relevância ao possibilitar a análise do comportamento das empresas brasileiras em termos de distribuição da riqueza, dessa forma é possível realizar comparações de determinadas empresas ou setores, podendo assim, aprofundar os estudos no que diz respeito à DVA. Segundo Chan, Silva e Martins (2007), as empresas não atuam isoladamente, mas interagem com o ambiente em que se inserem, não exercendo apenas o papel de agente econômico, mas também de agente social, uma vez que influenciam diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores e da comunidade. Sabendo disso é muito importante conhecer a forma que elas distribuem a riqueza gerada entre os agentes econômicos.

Foram realizados alguns estudos, como os de Chan, Silva e Martins (2007) e Braga (2008), que buscaram analisar a distribuição de riqueza nas empresas. Mas este trabalho se diferencia desses, pois, além de considerar o efeito do controle acionário estatal e não estatal, compreenderá um período bem maior, usando os quatro agentes econômicos: empregados, governo, credores ou financiadores externos e acionistas.

2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Demonstração do valor adicionado

Conforme Hendriksen e Van Breda (1999) as demonstrações contábeis têm a responsabilidade de fornecer informações sobre a situação patrimonial e econômica das empresas de modo que sejam úteis aos usuários para a tomada de decisões. Para atingir esse objetivo essas informações devem ser relevantes, confiáveis e comparáveis. Machado, Macedo e Machado (2015) concluíram que a DVA possui conteúdo informacional relevante, e defendem que o processo de mudança das normas contábeis e a exigência da DVA no Brasil estão trazendo

conteúdo informacional e melhorando a qualidade da informação das demonstrações financeiras. Á vista disso o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o pronunciamento técnico CPC 09 (2008), com o objetivo de estabelecer critérios para a elaboração e apresentação da DVA.

Segundo Bispo, Cia e Dalmacio (2007), a DVA apresenta a geração de valor produzido pela entidade, por meio de suas as operações e a distribuição desse valor aos diversos componentes econômicos que participaram na sua formação. Resumem a importância da DVA em três aspectos: auxiliar na mensuração mais objetiva do produto interno bruto; realizar uma análise setorial, que permita detectar o setor que mais riqueza agrega à sociedade; e, proporciona aos órgãos interessados sua aplicação em análise de investimentos, concessão de financiamentos, subsídios e benefícios fiscais.

Kroetz e Neumann (2008) afirmaram que a DVA se fundamentou na teoria dos *stakeholders*, pois esta apresenta alguns desafios, mais especificamente de todos os interessados nos negócios de uma organização empresarial. Uma vez que o comprometimento e a relação da empresa com os *stakeholders* refletem a sua responsabilidade social, expondo as suas obrigações para com aqueles que podem ser afetados pela realização de seus propósitos. Assim, além de favorecer o envolvimento das partes interessadas, é preciso constatar como a riqueza é gerada pela empresa e como a mesma vem sendo distribuída entre os diversos agentes que colaboraram para a sua criação. Kroetz e Neumann (2008) ainda afirmaram que a partir dessa relação surgiu a DVA, que proporcionou uma visualização e interação da empresa com seus agentes envolvidos e/ou interessados na organização, fazendo assim uma ligação com o modelo dos *stakeholders.*

Kroetz e Cosenza (2003) asseveram que o valor adicionado representa a riqueza que a empresa criou a partir dos consumos que realizou em certo período de tempo e o excedente deve ser distribuído entre os diferentes participantes que colaboraram para que a entidade o gerasse. Os critérios que servem como base para determinar a retribuição aos diversos grupos que participam do valor adicionado, segundo os autores, são os mais distintos, variando segundo aspectos que são determinados pelos ambientes (interno e externo) de influência na entidade.

Santos, Chan e Silva (2007) asseguram que embora a maioria das informações fornecidas pela DVA possa ser diretamente extraída da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), essas demonstrações possuem enfoques absolutamente diferentes. A DRE dá ênfase ao lucro líquido, o que corresponde ao valor adicionado pertencente aos sócios como investidores de capital de risco, sendo uma informação essencialmente destinada aos proprietários, sócios ou acionistas, a DVA focaliza a riqueza gerada pelas atividades da empresa

como um empenho de vários grupos de pessoas, bem como a sua distribuição aos agentes que participaram da sua criação.

Klöppel, Schonorrenberger e Lunkes (2013) exprimiram que os termos a geração de riqueza, o valor adicionado e valor agregado são sinônimos nesta demonstração, sendo utilizados para representar informações em relação a quanto a empresa adiciona de valor a um produto ou serviço durante a etapa de transformação por ela realizada. Há diferenças entre os conceitos de valor adicionado adotado pela contabilidade e pela economia, Ricarte (2005) expressa que a contabilidade toma como base para o cálculo do valor adicionado, o valor das receitas de vendas, enquanto que a Economia considera o valor da produção. Conseza, Gallizo e Jimenez (2002, p. 46):

> Em termos práticos a limitação apresentada pela DVA reside no campo de estudos macroeconômicos, já que não possibilita a análise da contribuição individual de cada empresa na formação do PIB. O conflito concentra-se no fato de que o conceito econômico de valor adicionado refere-se a toda a riqueza produzida pela empresa, independentemente de que a mesma tenha sido vendida ou não, enquanto que contabilmente se obedece ao princípio da competência.

Santos, Chan e Silva (2007) afirmaram que a DVA pode fornecer informações, dentre outras, tanto para análises de investimentos como para concessões de financiamentos, subsídios governamentais e avaliação de projetos de instalação de empresas transnacionais etc. Segundo os autores, ao fornecer dados referentes à contribuição da empresa para a riqueza da região, a DVA poderá ser extremamente útil nos estudos de viabilidade econômica de projetos de instalação de empresas, bem como nas decisões de financiamentos governamentais.

2.2 Estatais versus não estatais

Segundo Pinheiro (1996), as empresas estatais têm um lado privado e outro público, pois ela tem um objetivo comercial (produção e comercialização de bens ou serviços) e outro político (o desenvolvimento de setores, o nível de emprego, o controle da inflação). Esses dois lados tem um impacto negativo sobre a eficiência econômica das estatais pelo fato que os gerentes das estatais nem sempre têm clareza dos objetivos, muitas vezes conflitantes, do acionista controlador, o setor público, o que dificulta a tomada de decisões e a alocação de recursos (PINHEIRO, 1996).

Nos sistemas capitalistas, é de se esperar que a performance econômica da empresa não estatal seja melhor, em comparação à estatal, em sua pesquisa Santos, Chan e Silva (2007) comprovaram isso por meio do indicador de geração de riqueza ao demonstrar que, praticamente, todas as empresas analisadas melhoraram sua performance em relação ao período anterior à privatização. Um dos argumentos básicos presente na literatura no que se refere à

suposta ineficiência das empresas estatais, quando comparadas às empresas privadas, reside no efeito da propriedade do capital nas relações entre o agente e o principal, foco da teoria da agência.

Através dos estudos realizados por Machado et al. (2009), pôde-se constatar que o setor de energia elétrica apresentou diferença nos gastos com empregados no período de 2004 a 2007, onde as empresas estatais apresentaram uma maior distribuição da riqueza aos funcionários do que as privadas. As variáveis da pesquisa foram a riqueza gerada, a distribuição de riqueza aos empregados e a quantidade de funcionários, usando a metodologia de dados não paramétricos. Abordando uma perspectiva econômico-financeira, os autores reconheceram que as empresas privadas apresentam um melhor desempenho gerando maior valor em relação a recursos utilizados, a mão-de-obra, apontando uma maior eficiência de gestão das empresas privadas.

Cruz, Machado e Cunha (2018) contribuiu para a discussão sobre privatização, trazendo alguns *insights* para a comparação do desempenho de empresas de controle estatal do setor elétrico brasileiro nos anos de 2014 e 2015. Os autores desenvolveram índices que levavam em consideração a relação entre o ativo total das empresas e os dados fornecidos pela DVA. O estudo mostrou não haver diferença estatisticamente significativa entre empresas de controle estatal e não estatal do setor elétrico quanto à capacidade de geração de valor adicionado, e notaram que que a posse não estatal não necessariamente implica em um melhor desempenho por parte das empresas do setor elétrico.

Braga (2008), avaliou a participação de cada agente na distribuição de riqueza por ano de 10 empresas não estatais e 10 empresas estatais, durante o período de 2002 a 2006, partindo da análise de informações contidas nas Demonstrações do Valor Adicionado de cada empresa. Segundo o autor o perfil de distribuição de riqueza das empresas analisadas foi semelhante nos anos de 2003 a 2006.

Boycko, Shleifer e Vishny (1996), concluíram que o motivo mais comum observado à suposta ineficiência das empresas estatais é a abundância de mão-de-obra. Dessa forma, é de se esperar que o percentual de riqueza gerada pela empresa e distribuída aos empregados, em média, nas estatais seja superior às empresas privadas.

Em termos da distribuição da riqueza Chan, Silva e Martins (2007) fizeram uma análise comparativa entre a estrutura de distribuição de renda das empresas estatais e privadas, e uma das variáveis analisadas foi o percentual de riqueza gerada que é destinado aos empregados e acionistas. Os autores concluíram que em média, a participação dos empregados na distribuição de riqueza é maior nas estatais.

Os resultados de Cruz, Machado e Cunha (2018), mostram que aparentemente as que firmas de controle privado se diferenciam das de controle estatal por distribuírem menores parcelas de valor adicionado aos funcionários. Braga (2008), afirmou que as empresas estatais remuneram melhor os seus empregados do que as empresas privadas. Com base nesses trabalhos foi formulada a primeira hipótese de estudo:

H1: As empresas estatais distribuem maior riqueza para o pessoal em comparação com as empresas não estatais.

Nas empresas não estatais, a supervisão da direção da empresa é melhor, resultando em problemas de agência menos graves e mais infrequentes (PINHEIRO,1996). Machado et al. (2009) afirmaram que há uma pressão por parte dos acionistas para uma maior eficiência da direção da empresa para que resulte em maior distribuição de dividendos e investimento constante que assegure a continuidade das operações. Pinheiro (1996), afirma que a direção das estatais é muitas vezes indicada por critérios políticos, havendo um incentivo acessório para que o interesse dos acionistas seja prezado, assim, abrem-se brechas para que a direção busque atingir seus objetivos pessoais ou daqueles que os colocaram nessa posição.

Segundo Braga (2008) a média de distribuição de Remuneração de Capital Próprio das empresas não estatais é maior do que nas empresas estatais, mas não há uma diferença significante. Para Cruz, Machado e Cunha (2018), as empresas estatais não priorizam a remuneração do capital próprio. Em vista disse foi desenvolveu-se a segunda hipótese do trabalho:

H2: As empresas não estatais distribuem mais para remuneração de capital de próprio em comparação as empresas estatais

Vickers e Yarrow (1991) analisaram que, em setores competitivos as empresas não estatais geralmente são mais eficientes que as estatais, e como embasamento citaram Boardman e Vining (1989), que fizeram uma análise transversal internacional de indústrias competitivas, descobriram que as empresas estatais são menos rentáveis e menos eficientes do que as empresas privadas. Afirmaram que as evidências sugerem que, em indústrias competitivas, a propriedade privada é geralmente (embora não universalmente) preferível em termos de eficiência.

Nas estatais os gestores não estão prioritariamente, voltados para a maximizar o lucro e/ou minimizar os custos e optam por objetivos sociais e políticos. A priorização do enfoque social sobre o comercial pode ser observada no segmento de serviços públicos, visto que se

trata de serviço que compete exclusivamente ao Estado, podendo ser encarregado à iniciativa privada apenas sob regime de concessão ou permissão. (CHAN; SILVA; MARTINS, 2007; MACHADO et al, 1996). Por outro lado, os objetivos das empresas não estatais estão mais direcionado para resultados comerciais (PINHEIRO, 1996) assim, segundo Chan, Silva e Martins (2007), as empresas privadas têm uma receita de vendas maior e reduzem o excesso de mão-de-obra, tornando-se mais lucrativas e dessa forma elas pagam mais impostos. Os resultados de Braga (2009), mostraram que as empresas não estatais remuneram mais Impostos Taxas e Contribuições. A partir disso, foi desenvolvida a terceira hipótese do estudo:

H3: As empresas não estatais distribuem mais impostos, taxas e contribuições em comparação as empresas estatais.

Chan, Silva e Martins (2007), pressupôs que as estatais destinam uma quantia menor da sua riqueza aos credores que as entidades não estatais. Para Pinheiro (1996), a empresa não estatal tem maior propensão a investir (investimento/vendas e investimento/imobilizado), visto que contam com maior produção e rentabilidade. Cruz, Machado e Cunha (2018) e Braga (2008) concluíram que em média do valor adicionado distribuído para remuneração do capital de terceiros é semelhante para empresas de controle estatal e não estatal privado. Assim, desenvolveu-se a quarta hipótese do estudo:

H4: As empresas não estatais distribuem mais para remuneração de capital de terceiros em comparação as empresas estatais.

3 - MÉTODO DE PESQUISA

A tipologia de pesquisa adotada se baseia predominantemente pesquisa bibliográfica, considerando a teoria existente sobre a distribuição de riqueza na DVA e a análise de estudos já realizados. Foi feita uma análise comparativa entre a estrutura de distribuição de riqueza das empresas estatais e privadas entre os anos de 2009 a 2017 por meio de técnicas de estatística descritiva.

Inicialmente, a população da pesquisa eram todos as empresas listadas no site da B3 no segundo quadrimestre de 2018, compreendendo todos os setores: Bens Industriais, Construção e Transporte, Consumo Cíclico, Consumo não Cíclico, Financeiro, Materiais Básicos, Outros, Petróleo. Gás e Biocombustíveis, Saúde, Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Utilidade Pública. Tendo em vista a realização do estudo segregando as empresas por controle

acionário, apenas o setor de Utilidade Pública esteve apto para compor a amostra. Isso ocorreu, pois, os demais setores não continham empresas estatais e tiveram empresas que não publicaram ou apresentaram valores negativos na DVA em alguns dos anos do período estudado, sendo estes fatores limitantes da amostra.

A população foi segregada em dois grupos, conforme o controle acionário: a) empresas estatais; b) empresas não estatais. Para fazer essa segregação foi consultado o formulário cadastral de cada empresa no site da B3.

Primeiramente, os dados foram submetidos a estatística descritiva, e para verificar se existe diferenças nas médias estatisticamente significativa, foi feita aplicação do teste de *Mann e Whitney*. A hipóteses nula do teste é que as medias são iguais estatisticamente. Se *p-value* do teste for maior ao nível de significância pré-estabelecido, no caso 5%, o resultado do teste sugere que o H0 não pode ser rejeitado e se for inferior, rejeita-se a diferença das médias.

A lista das variáveis a serem utilizadas nos 4 testes de hipóteses, fórmula e descrição são apresentadas no quadro 1.

Quadro 1: Descrição das variáveis

Variável	**Fórmula**	**Descrição**
Pessoal	$\frac{DP}{VAD}$	Quociente entre gastos com pessoal e valor adicionado total a distribuir.
Remuneração de Capital de Terceiros	$\frac{DRCT}{VAD}$	Quociente entre gastos com remuneração de terceiros e valor adicionado total a distribuir.
Remuneração de Capital Próprio	$\frac{DRCP}{VAD}$	Quociente entre remuneração de acionistas e valor adicionado total a distribuir.
Impostos, Taxas e Contribuições	$\frac{DITC}{VAD}$	Quociente entre gastos com impostos e valor adicionado total a distribuir.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: VAD, Valor Adicionado Total a Distribuir; DP, Distribuição para Pessoal; DITC, Distribuição para Impostos, Taxas e Contribuições; DRCT, Distribuição para Remuneração de Capital de Terceiros; DRCP, Distribuição para Remuneração de Capital Próprio.

4 – ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS OBTIDOS

4.1 Estatística descritiva

Aplicando a estatística descritiva foi possível obter as médias e as medianas das variáveis, segregadas em dois grupos segundo o controle acionário: empresas não estatais e empresas estatais.

Tabela 1: composição dos resultados dos testes de estatística descritiva para o ano de 2009.

Controle Acionário		Mediana	Média	Desvio Padrão	Mínimos	Máximos
Não estatal	Pessoal	0,058680	0,059374	0,021687	0,000000	0,096629
	Impostos	0,562828	0,508699	0,184053	0,099099	0,756763
	RCT	0,100933	0,132200	0,099229	0,039610	0,497748
	RCP	0,240548	0,276439	0,143508	0,068009	0,659053
Estatal	Pessoal	0,145327	0,222306	0,140854	0,093768	0,416223
	Impostos	0,439218	0,451366	0,171380	0,253848	0,641087
	RCT	0,097770	0,095800	0,056066	0,023932	0,170455
	RCP	0,165730	0,230527	0,098824	0,150329	0,343427

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2009, as empresas não estatais apresentaram a seguinte estrutura de distribuição de riqueza: distribuíram mais para a variável Impostos, taxas e contribuições e depois para Remuneração de Capital de Próprio, seguidos por Remuneração de Capital de Terceiros e por último Pessoal. As empresas estatais também distribuíram mais para Impostos, taxas e contribuições e depois para Remuneração de Capital de Próprios, entretanto, foi destinada maior riqueza para pessoal do que para Remuneração de Capital de Terceiros.

As empresas não estatais distribuíram 56,28% para Impostos, taxas e contribuições, e as estatais 43,92%. Para a variável Remuneração de Capital de Próprios as não estatais distribuíram 24,05% e as estatais 16,57%. No que se refere a Remuneração de Capital de Terceiros as não estatais distribuíram 10,09% enquanto as estatais 9,77%. As estatais distribuíram para o Pessoal mais do que as não estatais, com 14,53% e 5,86%, respectivamente. Os maiores desvios padrão estão associados a variável Impostos, taxas e contribuições, e das empresas não estatais e estatais.

Tabela 2: composição dos resultados dos testes de estatística descritiva para o ano de 2010.

Controle Acionário		Mediana	Média	Desvio Padrão	Mínimos	Máximos
Não estatal	Pessoal	0,056825	0,056107	0,025611	0,000000	0,124848
	Impostos	0,561857	0,499790	0,214727	0,014283	0,773545
	RCT	0,106386	0,126459	0,095798	0,000000	0,499374
	RCP	0,235985	0,302664	0,194599	0,109586	0,985717
Estatal	Pessoal	0,128548	0,198658	0,132316	0,094879	0,414765
	Impostos	0,413682	0,437120	0,170996	0,259305	0,656299
	RCT	0,164879	0,146310	0,060111	0,050325	0,212742
	RCP	0,179849	0,217912	0,069324	0,159606	0,306580

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2010, as empresas não estatais e estatais também apresentaram a uma estrutura de distribuição de riqueza semelhante. Nota-se que em ambos os grupos a variável Impostos, taxas e contribuições foi a que recebeu a maior fatia de destinação, com 56,18% para as não estatais e 41,36% para as estatais. Para a variável Remuneração de Capital de Próprios as não estatais distribuíram 23,60% e as estatais 17,98%. Em relação a Remuneração de Capital de Terceiros as não estatais distribuíram 10,63% e as estatais 16,48%. Dos valores destinados para o Pessoal as estatais distribuíram 12,85 e as não estatais 5,68%.

O desvio padrão indica que os dados da amostra referente a Impostos, taxas e contribuições e Remuneração de Capital de Próprios das empresas não estatais estão mais dispersos em relação ao ano de 2009.

Tabela 3: composição dos resultados dos testes de estatística descritiva para o ano de 2011.

Controle Acionário		Mediana	Média	Desvio Padrão	Mínimos	Máximos
Não estatal	Pessoal	0,058737	0,060305	0,029336	0,000000	0,137912
	Impostos	0,583929	0,498254	0,211015	0,014736	0,792537
	RCT	0,127674	0,140657	0,094017	0,000000	0,497283
	RCP	0,222282	0,285010	0,198164	0,074514	0,985264
Estatal	Pessoal	0,148118	0,196062	0,126063	0,076875	0,366781
	Impostos	0,416308	0,430061	0,177455	0,256557	0,635882
	RCT	0,148657	0,160379	0,076506	0,052378	0,240623
	RCP	0,213916	0,213497	0,049463	0,163622	0,279833

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2011, as estruturas de distribuição de riqueza permaneceram semelhantes para as empresas estatais e não estatais. Os dois grupos destinam maior fatia da riqueza para Impostos, taxas e contribuições, com 58,39% para as empresas não estatais e 41,63% para as estatais. Para a variável Remuneração de Capital de Próprios as não estatais e estatais distribuíram um valor bastante aproximado, 22,22% e 21,39%, respectivamente. No que se refere a Remuneração de Capital de Terceiros as estatais remuneraram 14,86%, mais do que as não estatais que remuneraram 12,76%. As estatais distribuíram 14,81% para o Pessoal, enquanto as não estatais distribuíram apenas 5,87%.

Os maiores desvios padrão foram associados ao grupo das empresas não estatais para as variáveis Impostos, taxas e contribuições e Remuneração de Capital de Próprios. Já nas empresas estatais os maiores desvios padrão foram para Pessoal e Impostos, taxas e contribuições.

Tabela 4: composição dos resultados dos testes de estatística descritiva para o ano de 2012.

Controle Acionário		Mediana	Média	Desvio Padrão	Mínimos	Máximos
Não estatal	Pessoal	0,063487	0,068081	0,030613	0,000000	0,132395
	Impostos	0,583933	0,518707	0,223853	0,016668	0,841923
	RCT	0,109463	0,122253	0,068043	0,000000	0,289863
	RCP	0,146238	0,244304	0,220122	0,043871	0,983332
Estatal	Pessoal	0,177875	0,198556	0,129001	0,066021	0,387983
	Impostos	0,400720	0,410371	0,152926	0,262992	0,624071
	RCT	0,116564	0,131870	0,037166	0,100422	0,182874
	RCP	0,304073	0,259203	0,099978	0,097390	0,350385

Fonte: Elaborado pelos autores.

No ano de 2012, a estrutura de distribuição de riqueza permaneceu semelhante apenas para as empresas não estatais. As empresas estatais distribuíram mais para Pessoal do que para Remuneração de Capital de Terceiros, foram 17,78% e 11,65%. Observou-se que os dois grupos em 2012, distribuíram mais para Pessoal em relação ao ano de 2011 e menos para Remuneração de Capital de Terceiros.

A variável Remuneração de Capital de Próprio nas empresas estatais teve um aumento significativo em comparação aos anos anteriores, remunerou 30,40%. Notou-se que para as empresas não estatais essa variável teve um comportamento oposto, recebeu menos destinação de riqueza do que nos anos de 2010 e 2011, remunerou apenas 14,62%. Os desvios padrão de

Remuneração de Capital de Próprio e Impostos, taxas e contribuições das não estatais foram mais altos, mostrando que os dados estão mais dispersos.

Tabela 5: composição dos resultados dos testes de estatística descritiva para o ano de 2013.

Controle Acionário		Mediana	Média	Desvio Padrão	Mínimos	Máximos
Não estatal	Pessoal	0,082090	0,094716	0,077922	0,000000	0,435363
	Impostos	0,559968	0,473983	0,227890	0,017216	0,813983
	RCT	0,136568	0,146416	0,096049	0,000000	0,461966
	RCP	0,160460	0,231161	0,212556	0,035767	0,982784
Estatal	Pessoal	0,184236	0,210429	0,119098	0,082728	0,386964
	Impostos	0,400455	0,403556	0,134929	0,272590	0,584471
	RCT	0,112461	0,112257	0,039129	0,064614	0,171759
	RCP	0,268324	0,273758	0,084234	0,166679	0,399611

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2013, as empresas continuaram destinando a maior parte do valor adicionado para Impostos, taxas e contribuições. As empresas não estatais destinaram 56%, foi menor do que os anos anteriores, e as estatais 40%, porcentagem semelhante ao ano de 2012. A distribuição para a variável Remuneração de Capital de Terceiros teve um aumento nas empresas não estatais, distribui-se 13,65%, e nas estatais 11,24%, manteve uma porcentagem semelhante ao ano de 2012.

No ano de 2013, observou-se um aumento notável da variável Pessoal, tanto das empresas estatais quanto das não estatais, elas distribuíram 18,42% e 8,20%, respectivamente. Esses foram os maiores percentuais de destinação para essa variável de todos os anos analisados.

Tabela 6: composição dos resultados dos testes de estatística descritiva para o ano de 2014.

Controle Acionário		Mediana	Média	Desvio Padrão	Mínimos	Máximos
Não estatal	Pessoal	0,078896	0,083950	0,044512	0,000000	0,230377
	Impostos	0,538645	0,470981	0,206700	0,005654	0,727104
	RCT	0,140966	0,149901	0,079020	0,000000	0,290939
	RCP	0,167944	0,227621	0,211450	0,000000	0,985134
Estatal	Pessoal	0,154830	0,216892	0,148516	0,063333	0,407424
	Impostos	0,441973	0,409265	0,145906	0,256500	0,583620
	RCT	0,124657	0,139891	0,063002	0,091625	0,246550
	RCP	0,234751	0,233951	0,084361	0,157561	0,370037

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que se refere a variável Impostos, taxas e contribuições, houve menor destinação de riqueza no ano de 2014 para as não estatais, quando comparadas aos anos anteriores, foi distribuído 53, 86%. Para as estatais essa variável aumentou em relação aos anos anteriores, foi destinado 44,19%. No que se refere a Remuneração de Capital de Terceiros, as medianas do ano de 2014 permaneceram semelhante ao ano anterior, para empresas estatais com 12,46%, e não estatais com 14,09%. Teve uma queda de distribuição a Remuneração de Capital de Próprio nas empresas estatais em relação aos anos de 2013 e 2012, foi distribuído 23,47%. Nas não estatais a distribuição permaneceu semelhante ao ano anterior, com 16,79%.

Tabela 7: composição dos resultados dos testes de estatística descritiva para o ano de 2015.

Controle Acionário		Mediana	Média	Desvio Padrão	Mínimos	Máximos
Não estatal	Pessoal	0,052112	0,059667	0,042775	0,000000	0,236596
	Impostos	0,475741	0,500489	0,258013	0,018299	0,850291
	RCT	0,156107	0,214761	0,193380	0,000000	0,919154
	RCP	0,134332	0,203712	0,220053	0,004911	0,981701
Estatal	Pessoal	0,092517	0,189194	0,157064	0,060359	0,419832
	Impostos	0,376841	0,430541	0,252416	0,160343	0,740610
	RCT	0,135418	0,198052	0,160300	0,079330	0,478781
	RCP	0,135920	0,182212	0,130291	0,075442	0,391846

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2015, observou-se alteração na estrutura de distribuição de riqueza das empresas não estatais, continuou distribuindo mais para Impostos, taxas e contribuições, mas distribuiu-se mais para Remuneração de Capital de Terceiros do que para Remuneração de Capital de Próprio, e por último, como nos demais anos, para Pessoal. As estatais também distribuíram mais para Impostos, taxas e contribuições, mas destinaram mais riqueza para Remuneração de Capital de Próprio e Remuneração de Capital de Terceiros, consecutivamente, do que para Pessoal.

Observou-se em 2015, uma diminuição notável da variável Impostos, taxas e contribuições, tanto das empresas estatais quanto das não estatais, elas distribuíram 37,68% e 47,57%, respectivamente. Esses foram os menores percentuais de destinação para essa variável de todos os anos analisados. Os desvios padrão estão mais altos para Impostos, taxas e contribuições, assim, verifica-se que a amostra está mais dispersa do que em todos os outros anos que foram analisados.

Outra queda notável, foi na variável Pessoal em comparação aos dois anos anteriores,

nas empresas estatais e não estatais, que distribuíram 5,21%, e 9,25%, respectivamente. A variável Remuneração de Capital de Próprio também se observou uma queda bastante considerável, foram distribuídos valores semelhantes tanto para estatais, com 13,59%, quanto para não estatais, com 13,43%. No que se refere a Remuneração de Capital de Terceiros, as medianas estão maiores nos dois grupos em 2015, com 15,61% nas empresas não estatais e 13,54% nas empresas estatais.

Tabela 8: composição dos resultados dos testes de estatística descritiva para o ano de 2016.

Controle Acionário		Mediana	Média	Desvio Padrão	Mínimos	Máximos
Não estatal	Pessoal	0,054770	0,055780	0,022786	0,000000	0,103345
	Impostos	0,534146	0,511707	0,255471	0,000000	0,839523
	RCT	0,173854	0,205161	0,193962	0,000000	0,990755
	RCP	0,106653	0,213618	0,229608	0,000000	1,000000
Estatal	Pessoal	0,136848	0,202337	0,114085	0,116570	0,382886
	Impostos	0,392872	0,461123	0,205858	0,240681	0,691932
	RCT	0,122903	0,188377	0,150594	0,067427	0,447199
	RCP	0,068595	0,148164	0,156891	0,022689	0,369118

Fonte: Elaborado pelos autores.

A estrutura de distribuição de riqueza nas empresas estatais mudou bastante em 2016 se comparada aos anos anteriores, distribuiu-se mais para Impostos, taxas e contribuições e Pessoal, e depois para Remuneração de Capital de Terceiros Remuneração de Capital de Próprio, consecutivamente.

Em 2016, notou-se que houve um considerável aumento na distribuição a Remuneração de Capital de Terceiros nas empresas não estatais, foi destinada a ela 17,38% da riqueza, esse foi o maior percentual para essa variável durante todos os anos analisados. A destinação de riqueza para a variável Remuneração de Capital de Próprio veio diminuindo no transcorrer dos anos de 2013, 2014 e 2015, mas no ano de 2016, teve o menor percentual para essa variável durante todos os anos analisados. Foram distribuídos 10,66% nas empresas não estatais e apenas 6,85% para as estatais.

Os desvios padrão mais altos continuaram para as variáveis Impostos, taxas e contribuições dos dois grupos, dessa forma pode-se observar a continuidade da dispersão dos dados.

Tabela 9: composição dos resultados dos testes de estatística descritiva para o ano de 2017.

Controle Acionário		Mediana	Média	Desvio Padrão	Mínimos	Máximos
Não estatal	Pessoal	0,071782	0,068031	0,026139	0,000000	0,106200
	Impostos	0,617847	0,523120	0,250719	0,000000	0,822198
	RCT	0,137562	0,183177	0,178742	0,000000	0,937652
	RCP	0,113831	0,211900	0,224843	0,000000	1,000000
Estatal	Pessoal	0,128400	0,185573	0,124741	0,081572	0,359205
	Impostos	0,459275	0,473466	0,217178	0,255485	0,717657
	RCT	0,133054	0,176298	0,092959	0,107607	0,337301
	RCP	0,121851	0,164663	0,098890	0,066552	0,287671

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2017, a estrutura de distribuição de riqueza nas empresas estatais mudou novamente, continuou distribuindo mais para Impostos, taxas e contribuições, mas distribuiu-se mais para Remuneração de Capital de Terceiros do que para Pessoal e depois para Remuneração de Capital Próprio. Notou-se que houve um considerável aumento na distribuição para Impostos, taxas e contribuições nos dois grupos de empresas. As não estatais destinaram 61,78%, mais da metade de toda a riqueza gerada, e as estatais 45,92%. Esses foram os maiores percentuais de destinação para essa variável durante todos os anos analisados. Em relação aos desvios padrão, eles continuaram altos para as empresas estatais e as não estatais.

4.2 Teste de normalidade

Para dar seguimento com as análises, foram aplicados testes de normalidade para determinar se a distribuição dos dados é ou não normal. Os testes utilizados foram os de e Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk.

Hipóteses em teste:

- *H0*: os dados têm a distribuição normal
- *H1:* os dados não têm a distribuição normal

A hipótese nula de ambos os testes é que os dados possuem uma distribuição normal. Se o p-value do teste for menor do que 0,05, o resultado do teste sugere que dados não possuem uma distribuição normal.

Observando as tabelas 10 e 11, houve não rejeição ao H1 dos dois testes de normalidade. Dessa forma, os dados desta pesquisa não têm uma distribuição normal.

Tabela 10: composição dos resultados dos testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov

Kolmogorov-Smirnov			
	Estatística	df	*p-value*
Pessoal	0,252300	279	0,000000
RCT	0,155787	279	0,000000
RCP	0,111226	279	0,000000
Impostos	0,106962	279	0,000000

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 11: composição dos resultados dos testes de normalidade de Shapiro-Wilk.

Shapiro-Wilk			
	Estatística	df	*p-value*
Pessoal	0,670822	279	0,000000
RCT	0,739272	279	0,000000
RCP	0,848318	279	0,000000
Impostos	0,956748	279	0,000000

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.3 Testes de hipótese

Como a distribuição dos dados não é normal foi aplicado o teste não paramétrico para amostras não independentes de *Mann-Whitney*, para verificar se existe diferenças nas médias estatisticamente significativa. Para a aplicação do teste de *Mann-Whitney* foi pré-estabelecido o nível 5% de significância, o H0 do teste é que as medias são iguais. Se o *p-value* do teste for maior ao nível de significância, o resultado do teste sugere que não há diferença entre as médias.

Na tabela 12, podemos observar que as variáveis: Pessoal e Impostos, tiveram rejeição ao H0 do teste, exceto as variáveis Remuneração de Capital de Terceiros e Remuneração de Capital Próprio. Em outras palavras, as variáveis: Remuneração de Capital de Terceiros e Remuneração de Capital Próprio não tiveram diferenças estatisticamente significativa nas médias.

Tabela 12: resultado do teste de Mann-Whitney

	Pessoal	**Impostos**	**RCT**	**RCP**
Mann-Whitney U	885	4103	5056	5147
Wilcoxon W	28380	5138	32551	32642
Z	-8,83732	-2,34425	-0,42165	-0,23806
p-value	0,00000	0,01907	0,67328	0,81184

Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados dos testes de estatística descritiva e o teste de *Mann-Whitney* permitiu realizar com maior clareza os testes de H1, H2, H3 e H4:

Tabela 13: Resultado dos testes de hipóteses

Controle Acionário		**Hipótese**	**Resultados**
Pessoal	Não estatal Estatal	H1	Não rejeita-se
RCP	Não estatal Estatal	H 2	Rejeita-se
Impostos	Não estatal Estatal	H 3	Não rejeita-se
RCT	Não estatal Estatal	H 4	Rejeita-se

Fonte: Elaborado pelos autores

A hipótese 1 foi aceita, em todos os anos analisados as empresas estatais distribuíram maior riqueza para Pessoal em comparação com as empresas não estatais, havendo diferenças estatisticamente significantes. Entretanto, o estudo de Braga (2008), não encontrou diferenças significantes entre os dois tipos de empresas, mas aferiu que em relação ao valor adicionado as empresas estatais distribuem mais riqueza para Pessoal do que as empresas não estatais. O estudo Santos, Chan e Silva (2007), também sugeriu que empresas estatais distribuem maior percentual da sua riqueza gerada aos empregados que as empresas não estatais.

Em relação a segunda hipótese, as empresas estatais na maioria dos anos analisados, distribuíram mais Remuneração de Capital Próprio do que as empresas não estatais, contrariando a afirmação Cruz, Machado e Cunha (2018), de que as empresas estatais não priorizam essa remuneração. A hipótese 2 foi rejeitada, os resultados do teste de *Mann-Whitney* mostraram que não há diferenças estatisticamente significantes na distribuição de riqueza entre

as empresas estatais e não estatais para a variável Remuneração de Capital Próprio. Os testes efetuados por Santos, Chan e Silva (2007) para a variável referente ao grau de remuneração dos acionistas, os resultados também sugerem não haver diferenças significativas entre esses dois grupos de empresas. Nos resultados de Braga (2008), não foram encontrados indícios de que as empresas não estatais remunerem mais os acionistas que as empresas estatais.

A hipótese 3 foi aceita, pois as empresas não estatais distribuem mais Impostos, taxas e contribuições em comparação as empresas estatais. Segundo os testes aplicados, as empresas não estatais distribuem mais para o governo do que as estatais, entrando em conformidade com as afirmações de Pinheiro (1996), Santos, Chan e Silva (2007), Machado et al. (2009) e Braga (2009). Observou-se que o governo foi o destinatário principal da riqueza gerada nas empresas estatais e não estatais, isso evidencia a alta carga tributária praticada no país imposta para as empresas brasileiras, devido a diversidade de impostos que recaem a elas. Em todos os anos analisados as empresas não estatais distribuíram mais impostos, taxas e contribuições em comparação as estatais, chegando a destinar mais da metade da sua riqueza gerada para essa variável, exceto no ano de 2015.

No que se refere a Remuneração de Capital de Terceiros, a maioria dos anos analisados, as empresas não estatais distribuíram mais em comparação as estatais, isso concilia com a pressuposição de Santos, Chan e Silva (2007), de que as estatais destinam uma quantia menor da sua riqueza para os credores do que as não estatais. Entretanto, a hipótese 4 foi rejeitada, os resultados do teste de *Mann-Whitney* mostraram que não há diferenças estatisticamente significantes na distribuição de riqueza entre as empresas estatais e não estatais para essa variável. Os estudos de Cruz, Machado e Cunha (2018) e Braga (2008), mostraram também não haver diferença estatisticamente significativa entre empresas de controle não estatal e estatal nessa variável.

5 – CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar as diferenças de distribuição de riqueza entre as empresas estatais e não estatais do Brasil, entre os anos de 2009 a 2017. Foram usados quatro agentes econômicos como variáveis: Pessoal; Impostos, Taxas e Contribuições; Remuneração de Capital de Terceiros e Remuneração de Capital Próprio.

Observou-se que na maioria dos anos analisados as empresas não estatais mantiveram a mesma estrutura de distribuição de riqueza. Distribuiu-se mais para o governo por meio de Impostos, taxas e contribuições, seguidos por Remuneração de Capital Próprio, Remuneração de Capital de Terceiros, e por último Pessoal. Essa estrutura de distribuição só mudou a partir

do ano de 2015 e se manteve até o ano de 2017, em que se distribuiu mais para Remuneração de Capital de Terceiros do que para Remuneração de Capital de Próprio.

A hipótese 1 foi aceita, houve diferença significante entre os dois grupos, em todos os anos analisados as empresas não estatais distribuíram menos para Pessoal em comparação com as empresas não estatais, destinando menor parcela de sua riqueza.

A hipótese 2 foi rejeitada, visto que, não houve diferença estatisticamente significante na distribuição de riqueza entre as empresas estatais e não estatais para a variável Remuneração de Capital Próprio. Na maioria dos anos analisados, as empresas estatais distribuíram mais Remuneração de Capital Próprio do que as empresas não estatais.

Observou-se que a primeira maior parcela de distribuição da riqueza, tanto de empresas estatais como as não estatais, vão para impostos, taxas e contribuição, evidenciando a alta carga tributária praticada no país. A hipótese 3 foi aceita, pois as empresas não estatais distribuem mais Impostos, taxas e contribuições em comparação as empresas estatais.

Em relação a variável Remuneração de Capital de Terceiros, a maioria dos anos analisados, as empresas estatais distribuíram menos em comparação às não estatais. A hipótese 4 foi rejeitada pois, não houve diferenças estatisticamente significantes na distribuição dessa variável entre os dois grupos.

Este estudo proporciona oportunidades para novos estudos nessa área. Sugere-se, para pesquisas futuras, o desenvolvimento de perfis de distribuição de riqueza para as empresas do Brasil, segregando-as por setor.

REFERÊNCIAS

BRAGA, P. T. S. **Demonstração do valor adicionado (DVA): um estudo comparativo do perfil de distribuição de riqueza pelas empresas estatais e privadas do Brasil**. 2008. 98p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2008.

BISPO, J. S.; CIA, J. N. S.; DALMACIO, F. Z. **Um estudo exploratório das variáveis que contribuem para a geração de riqueza pelas empresas que atuam no Brasil**. In: Congresso Internacional de Costos Contabilidad, Control, Auditoría, Gestión de Costos y Mundicializacion, 10., 2007, Lyon, França. Anais... Lyon, 2007.

BM&FBOVESPA, **Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>Acesso em 01 Setembro de 2018.

Boycko, M. A.; Vishny, R. W. **A theory of privatization**. The Economic Journal. Mar.,1996.

BRASIL. **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>Acesso em: 21 de Outubro de 2018.

CHAN, B. L.; SILVA, F. L.; MARTINS, G. A. **Destinação de riquezas aos acionistas e aos empregados: comparação entre empresas estatais e privadas**. Revista de Administração Contemporânea, v. 11, n. 4, p. 199-218, 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf> Acesso em 21 de Outubro de 2018.

COSENZA, J.P.; GALLIZO, J.L.; JIMENEZ, F. **A participação dos agentes econômicos no valor adicionado: estudo empírico na indústria siderúrgica brasileira no período 1996/2000**. Contabilidade Vista & Revista, v. 13, n. 2, p. 37-65, 2002.

CRUZ, F. R,; MACHADO, N. V. A. R.; CUNHA, J. V. A. **Geração e distribuição de valor adicionado por empresas de controle estatal e privado do setor elétrico brasileiro**. Revista Capital Científico, v 16. n. 1, p. 36-45, 2018.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. **A Demonstração de Valor Adicionado como Instrumento de Mensuração da Distribuição de Riqueza**. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, v. 16, n. 37, p. 7-23, jan./abr., 2005.

HENDRIKSEN, E.; BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. – 1. ed. – 6. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007

KLÖPPEL, F.; SCHNORRENBERGER, D.; LUNKES, R. J. **Analise da geração e distribuição da riqueza originada pelas empresas que compõem o IBOVESPA por meio da DVA**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 12, n. 34, p.23-39,2013.

KROETZ, C. E. S.; COSENZA, J. P. **Considerações sobre a Eficácia do Valor Adicionado para a Mensuração do Resultado Econômico e Social**. IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado. Anais. 2003.

KROETZ, C. E. S.; NEUMANN, M. **Responsabilidade Social e a Demonstração do Valor Adicionado**. Revista Desenvolvimento em Questão, v. 6, n.11, p. 153-178, 2008.

MACHADO, M.A.V.; MACEDO, A. S.; MACHADO, M.R. **Análise da Relevância do Conteúdo Informacional da DVA no Mercado Brasileiro** de Capitais. Revista Contabilidade e Finanças – USP, ,v. 26, n. 67, p. 57-69, 2015.

MACHADO, E. A.; MORCH, R. B.; VIANNA, D. S. C.; SANTOS, R.; SIQUEIRA, J. R. M. **Destinação de riqueza aos empregados no Brasil: comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico**. Revistas Contabilidade e Finanças, São Paulo, v. 10, n. 50, p. 110122, mai./ago., 2009.

PINHEIRO, A. C. **Impactos microeconômicos da privatização no Brasil.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v.26, n.3, p.357-397,1996.

RICARTE, J. G. **Demonstração do valor adicionado**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v.4, n.1 O, p.49-69, 2005.

SANTOS, A. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, A.; CHAN, B. L.; SILVA, F. L. **Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da demonstração do valor adicionado**. Revista Universo Contábil, v. 3, n. 2, p. 06-21, 2007.

VICKERS., J.; YARROW; G. **Economic perspectives on privatization**. Journal of Economic Perspectives, v.3, n.2, p.111-132, 1991.